

- d) Indicação da categoria actual, identificação do serviço a que o candidato pertence, natureza do vínculo e antiguidade na carreira, na categoria e na função pública;
- e) Classificação de serviço dos anos relevantes;
- f) Menção expressa dos documentos anexos ao requerimento;
- g) Quaisquer outros elementos que o candidato reputar susceptíveis de influírem na apreciação do seu mérito ou de constituírem motivo de preferência legal, os quais só serão tidos em conta pelo júri se devidamente comprovados.

10.2 — Requerimento — o requerimento de admissão ao concurso deve ser acompanhado dos seguintes documentos, sob pena de exclusão, nos termos do n.º 7 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho:

- a) Currículo profissional detalhado, actualizado, devidamente datado e assinado;
- b) Fotocópia do bilhete de identidade;
- c) Fotocópia do certificado de habilitações literárias;
- d) Fotocópia dos certificados das acções de formação profissional e sua duração;
- e) Declaração actualizada, passada pelo serviço a que se encontra vinculado o candidato, comprovando, de forma inequívoca, a existência e a natureza do vínculo à função pública, a actual categoria e a respectiva antiguidade na categoria, na carreira e na função pública, bem como as classificações de serviço obtidas nos anos relevantes;
- f) Declaração actualizada, passada pelo serviço, especificando detalhadamente as funções exercidas, bem como o período a que as mesmas se reportam, prevista na alínea c) do n.º 2 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
- g) Declaração do candidato, sob compromisso de honra, de que satisfaz os requisitos gerais constantes no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

11 — Os candidatos pertencentes ao quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna são dispensados da apresentação dos documentos que aleguem constar do seu processo individual.

12 — Em caso de dúvida, o júri pode exigir a qualquer dos candidatos a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

13 — Notificação — a relação de candidatos admitidos e a lista de classificação final do presente concurso serão notificadas aos can-

didatos, nos termos dos artigos 34.º, 38.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

14 — Constituição do júri:

Presidente — Licenciada Maria Inês Sousa Lopes Dias Costa Carvalho, chefe de divisão.

Vogais efectivos:

Licenciado José Luís Pinto Leite, técnico superior principal, que substituirá a presidente nas suas faltas e impedimentos.

Maria Elisabeth Afoito Ramos Leal Lopes, técnica superior principal.

Vogais suplentes:

Licenciada Carla Alexandra Alves Pereira, técnica superior de 1.ª classe.

Licenciada Maria de Fátima Domingos Afonso, técnica superior de 1.ª classe.

28 de Janeiro de 2005. — O Secretário-Geral, *Fortunato de Almeida*.

Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana

Aviso n.º 1983/2005 (2.ª série). — Por despacho do 2.º comandante-geral de 24 de Janeiro de 2005 e nos termos da alínea c) do artigo 266.º do EMGNR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 265/93, de 31 de Julho, com a alteração que lhe foi dada pelo artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 504/99, é promovido ao posto de cabo por diuturnidade o soldado de infantaria n.º 1781711, Fernando Pais Neves, da Brigada n.º 5, desta Guarda, contando a antiguidade e vencimentos do novo posto desde 19 de Janeiro de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Janeiro de 2005. — O Chefe do Estado Maior, *Rui Alexandre Cardoso Teixeira*, major-general.

Governo Civil do Distrito de Vila Real

Aviso n.º 1984/2005 (2.ª série). — Nos termos do disposto na Lei n.º 26/94, de 19 de Agosto, publica-se a listagem dos subsídios no 2.º semestre de 2004 atribuídos pelo Governo Civil do Distrito de Vila Real:

Relação dos subsídios atribuídos no 2.º semestre de 2004

Nome da entidade	Quantia (em euros)
ACM — Associação de Criadores do Maronês	1 000
Agência da Liga dos Combatentes — Vila Real	500
ANDDEM — Associação Nacional Desporto, Deficiente Mental	250
APPACDM — Assoc. Port. Pais Amigos Cidadãos Def. Mental, Sabrosa	3 500
Associação Académica da UTAD	750
Associação Cultural e Desportiva da Chã	100
Associação Cultural e Desportiva de Santa Maria de Emeres	200
Associação Cultural e Recreativa de Vila Seca de Polares	150
Associação Cultural e Recreativa e Desportiva de Santo António de Monforte	250
Associação de Paraquedismo Os Falcões do Marão	200
Associação dos Bombeiros Voluntários de Salvação Pública — Chaves	2 500
Associação dos Agricultores das Terras de Barroso e Alto Tâmega	250
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Boticas	2 500
Associação Juvenil Cultural e Recreativa O Cantaréu	750
Associação Portuguesa de Deficientes Deleg. Alto Tâmega	750
Associação Regional dos Agricultores Terras de Montenegro	375
Banda de Música da Portela	250
Banda Musical da Casa do Povo de Sonim	250
Banda Musical de Carrzedo de Montenegro	3 000
Banda Musical de Murça	500
Banda Musical do Pontido	1 000
Casa do Povo de Vilarandelo (Rancho Folclórico)	250
Centro Cultural Recreativo e Cultural de Vila Verde	500
Centro Cultural de Carrzedo de Montenegro	500
Centro Cultural e Desportivo de Andraes	100
Centro Cultural e Recreativo de Beça	500
Centro Social, Cultural e Desportivo de Vilarelho da Raia	250
Centro Social, Recreativo e Cultural de Vilar de Maçada	2 500
Círculo de Cultura e de Desenvolvimento do Alto Douro	250
Clube Automóvel de Vila Real	1 000
Clube de Golfe de Vidago	250

Nome da entidade	Quantia (em euros)
Confraria Gastronómica da Carne Barrosa	1 000
Cooperativa Cultural Voz do Marão, C. R. L. (Rádio Voz do Marão)	2 200
Corpo de Salvação Pública de Valpaços	2 500
Corpo Nacional de Escutas — Agrupamento 282 de Godim	125
Cruz Vermelha Portuguesa — Núcleo de Sabrosa	250
Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Valpaços	3 125
Federação dos Bombeiros do Distrito de Vila Real	20 000
Federação Transmontana — Duriense Bandas Filarmónicas	1 000
Fórum Boticas — Associação Recreativa e Cultural	375
Fundação Portuguesa A Comunidade contra a Sida — Vila Real	5 000
Ginásio Clube de Vila Real	1 000
Grupo Cultural os Medroenses	250
Grupo Cultural Recreativo e Desportivo da Freguesia Vilarinho dos Freires	125
Grupo de Bombos Relâmpagos de Sanguinhedo	250
Grupo de Danças e Cantares Regionais de Santo Estêvão	250
Grupo Etnográfico da Casa do Povo de Godim	250
Grupo Folclórico Os Romeiros de São Miguel	250
NERVIR — Associação Empresarial	1 000
Patronato de São José — Vilar de Nantes	1 000
Rancho Folclórico da Casa do Povo de Godim	150
Rancho Folclórico de Vila Real	1 000
Rancho Folclórico e Recreativo de Borbela — Assoc. Cultural Etnográfica	150
Rancho Folclórico e Recreativo de Godim	250
Rota do Vinho do Porto — Associação de Aderentes	500
Rotura — Grupo de Acção e Produção de Eventos	250
Santa Casa da Misericórdia de Boticas	5 000
Urze Companhia Profissional de Teatro	2 500
<i>Total</i>	74 875

24 de Janeiro de 2005. — O Governador Civil, *Elói Franklim Fernandes Ribeiro*.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Rectificação n.º 301/2005. — Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 292, de 15 de Dezembro de 2004, a p. 18 675, o despacho (extracto) n.º 25 827/2004 (2.ª série), rectifica-se que onde se lê «23 de Novembro de 2004. — O Director, *Francisco José Marques Alves*.» deve ler-se «23 de Novembro de 2004. — O Director Regional de Lisboa, Vale do Tejo e Alentejo, *Francisco José Marques Alves*.».

15 de Fevereiro de 2005. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Centro de Estudos Judiciários

Aviso n.º 1985/2005 (2.ª série). — Por ter sido admitida a candidatura do licenciado Juvenal Gueiral Moreira Nunes Viana, portador do bilhete de identidade n.º 8084632, a qual, apesar de tempestivamente remetida por via postal, só foi recebida no Centro de Estudos Judiciários (CEJ) após o envio para publicação no *Diário da República* da lista provisória dos candidatos ao concurso externo de ingresso no CEJ, declarado aberto nos termos do aviso n.º 317/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 14 de Janeiro de 2005, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 36.º da Lei n.º 16/98, de 8 de Abril, faz-se pública a inclusão do candidato acima identificado naquela lista provisória, por aditamento, e que passará a integrar a mesma nos seguintes termos:

1873 — Juvenal Gueiral Moreira Nunes Viana — candidato admitido, em aditamento à lista provisória publicada sob o aviso n.º 1679/2005 no *Diário da República*, 2.ª série, de 21 de Fevereiro de 2005, para prestar provas escritas no Porto.

Por terem sido admitidas ao mesmo concurso, com dispensa de testes, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 39.º da Lei n.º 16/98, de 8 de Abril, mas não constarem, por mero lapso, da lista provisória dos candidatos admitidos, publicada sob o aviso n.º 1679/2005 no *Diário da República*, 2.ª série, de 21 de Fevereiro de 2005, faz-se pública a inclusão naquela lista, por aditamento, das seguintes can-

didatas, que apenas serão submetidas à entrevista prevista no n.º 1 do artigo 38.º da referida Lei n.º 16/98, a realizar no Porto:

1874 — Ana Cristina Ferreira de Sousa Leal.

1875 — Clara Elete Gomes Rabaça.

22 de Fevereiro de 2005. — Pela Directora, o Director-Adjunto, *Manuel Tomé Soares Gomes*.

Direcção-Geral da Administração da Justiça

Despacho (extracto) n.º 4294/2005 (2.ª série). — No uso da subdelegação de competências conferida pelo director-geral (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 38, de 14 de Fevereiro de 2003) e por seus despachos das seguintes datas:

De 18 de Janeiro de 2005:

Anabela Ganso Santos, técnica de justiça-adjunta (escalão 3, índice 410) dos serviços do Ministério Público do Tribunal de Instrução Criminal e DIAP de Lisboa — autorizado o exercício de funções, em regime de substituição, como técnica de justiça principal (escalão 1, índice 510) dos mesmos serviços, no período de 1 de Julho a 28 de Setembro de 2004.

António Manuel Rodrigues, técnico de justiça-adjunto (escalão 2, índice 395) dos serviços do Ministério Público do Tribunal da Comarca de Leiria — autorizado o exercício de funções, em regime de substituição, como técnico de justiça principal (escalão 1, índice 510) dos mesmos serviços e Tribunal, no período de 16 de Junho a 14 de Setembro de 2004.

Carlos Manuel Mendes Magalhães, técnico de justiça-adjunto (escalão 6, índice 500) dos serviços do Ministério Público das Varas e Juízos Cíveis de Lisboa — autorizado o exercício de funções, em regime de substituição, como técnico de justiça principal (escalão 1, índice 510) dos mesmos serviços, no período de 1 de Abril a 31 de Agosto de 2004.

Domingos Manuel Sobrinho Falcão, técnico de justiça-adjunto (escalão 5, índice 470) dos serviços do Ministério Público do Tribunal da Comarca de Guimarães — autorizado o exercício de funções, em regime de substituição, como técnico de justiça principal (escalão 1, índice 510) dos mesmos serviços, no período de 1 de Abril a 13 de Junho de 2004.

Luís Alberto Fernandes Palha Dias, técnico de justiça-adjunto (escalão 5, índice 470) dos Serviços do Ministério Público dos Juízos de Pequena Instância Criminal de Lisboa — autorizado o exercício de funções, em regime de substituição, como técnico de justiça principal (escalão 1, índice 510) dos mesmos serviços, no período de 1 de Junho a 31 de Agosto de 2004.